



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar o Relatório de Administração da **Companhia Energética de Alagoas – CEAL**, referente ao exercício de 2001, não só como cumprimento de dispositivo legal mas, também e principalmente, como evidência do princípio de transparência e responsabilidade que sempre norteou as ações desta Companhia.

Neste exercício, a **CEAL** continuou com uma das empresas líderes no Estado em geração de ICMS, ocupando a segunda posição – 9% na arrecadação tributária – e contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento de Alagoas. Melhorou seu sistema de distribuição, levando subestações ao município de Joaquim Gomes e ao bairro Benedito Bentes (2ª etapa); construindo 80,7 km de linhas em 13,8 kV e outros 104,4 km de redes de baixa tensão; implantou 3.695 postes e 309 transformadores. Essas ações refletiram na melhoria dos índices operacionais, que voltaram a patamares aceitáveis, e também na aceitação dos seus clientes. Neste aspecto, destaca-se o fato de que, em 2001, o Índice de Aprovação do Cliente, apurado pela ABRA-DEE, cresceu 8,3% em relação ao ano anterior, atingindo o percentual de 76,8%. Neste período, a **CEAL** atendeu a 591.039 consumidores, incorporando 32.649 novas unidades.

Em 2001, a **CEAL** participou, ao lado do Instituto para a Preservação da Mata Atlântica, da elaboração e divulgação de mosaicos “Aves da Mata Atlântica”, contribuindo de forma positiva com o meio ambiente.

Surpreendida pelo racionamento de energia elétrica, soube enfrentar as dificuldades, destacando-se a nível regional e nacional como uma das concessionárias que mais atenderam às determinações da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Seria muito agradável se pudéssemos expor apenas grandes realizações e números otimistas e expressivos relativos ao ano de 2001. Números estes que refletiriam com muito mais propriedade todo o esforço e a persistência na consecução das metas e objetivos que foram traçados visando a busca constante da satisfação de nossos clientes, da valorização de nossos empregados, do justo retorno aos nossos acionistas e do pleno atendimento às necessidades da sociedade alagoana.

Em que pese o esforço empreendido e o apoio recebido da controladora ELETROBRÁS, a **CEAL** encerrou o exercício de 2001 com um prejuízo de R\$55,2 milhões. Assim como toda a nação, a Companhia se viu enfrentando conjuntura decorrente da situação crítica do nível de água nos reservatórios das usinas hidroelétricas das regiões sudeste e nordeste do Brasil, além da inexistência de suprimento adicional de origem termoeletrica que culminaram com a decretação, pelo Governo Federal, de um plano de racionamento de energia elétrica implementado a partir do dia 1º de junho de 2001.



Diante deste cenário adverso, a Administração da Companhia procurou, de todas as formas a seu alcance, atingir as metas propostas pelo Governo Federal e pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, no que teve pleno sucesso. Ao mesmo tempo, buscou minimizar os efeitos da previsível queda em nosso faturamento e conseqüentes reflexos na arrecadação. Com isso, apesar da redução nas despesas com serviços de terceiros da ordem de 7%, o aumento considerável em outras rubricas de despesas impediu a apuração de resultado operacional positivo.

Além do racionamento, a Administração da Companhia enfrentou, no primeiro semestre de 2001, uma significativa exposição ao Mercado Atacadista de Energia – MAE, decorrente da diferença entre a energia requerida pelo seu mercado e a energia contratada junto ao seu principal fornecedor-CHESF. A escassez de água, que culminou com o racionamento de energia elétrica, elevou de forma substancial o preço da energia de curto prazo, afetando duramente a **CEAL**, que teve que arcar com dispêndios não previstos de R\$23,2 milhões, o que implicou em dispêndios superiores a R\$17 milhões.

Dois outros fatores, também, foram decisivos para o resultado negativos no ano de 2001: o forte aumento da inadimplência - 10,6% - e o elevado índice de perdas, que atingiu ordem de 24,6%. Esses resultados refletem não só uma necessidade de melhoria nas ações e procedimentos internos, mas, também de apoio dos órgãos institucionais na função de dar suporte à **CEAL** em seus trabalhos de fiscalização e combate à fraude.

A **CEAL** tem grandes desafios a enfrentar: reduzir as perdas técnicas e comerciais, reduzir a inadimplência, realizar melhores contratos com nossos fornecedores, melhorar de forma sensível os indicadores de qualidade do serviço, principalmente no que tange à comunicação com os clientes e ao atendimento comercial e, no âmbito interno, motivar o corpo funcional. Desta forma, o foco da atuação da Diretoria Colegiada deverá estar centrado na obtenção do equilíbrio nas contas da Companhia através do forte combate às perdas e a inadimplência. Também deverá ser objeto de atenção a redução de despesas operacionais gerenciáveis, como forma de melhorar o fluxo de caixa.

Consideramos, também e ainda, a existência de um resíduo de retração no mercado consumidor, mesmo com o fim do racionamento. Os novos hábitos de consumo desenvolvidos ao longo deste período, dificultarão a retornada de consumo nos níveis anteriores. O mercado deverá crescer de forma contida, mantendo-se ainda retraído, em percentual mais baixo que o previsto antes do racionamento.

Como conseqüência do que expusemos, é de se esperar um 2002 difícil, repleto de obstáculos, com um mercado ainda com muitas incertezas. No entanto, esses obstáculos são superáveis com dedicação, criatividade e uso racional de nossos recursos



COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2001

humanos, técnicos e financeiros, além da participação decisiva de nossos colaboradores, clientes e parceiros.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2001****NÚMEROS CONSOLIDADOS**

PRINCIPAIS INDICADORES					
	1997	1998	1999	2000	2001
Receita operacional bruta - R\$ mil	211.882	229.402	243.706	276.539	318.071
Receita operacional líquida - R\$ mil	167.505	182.759	185.021	209.203	249.873
Despesas operacionais - R\$ mil	(156.388)	(162.050)	(173.096)	(181.006)	(289.208)
Resultado do serviço - R\$ mil	11.117	20.709	11.925	28.197	(39.335)
Lucro (prejuízo) líquido - R\$ mil	(31.290)	(38.012)	22.009	1.107	(55.193)
Número de ações - milhares	309.153	353.327	353.327	353.327	353.327
Lucro (prejuízo) líquido por ação - R\$	(0,1012)	(0,1076)	0,0623	0,0031	(0,1562)
LAJIDA* - R\$ mil	22.809	32.397	28.022	45.099	(22.006)
Patrimônio líquido - R\$ mil	168.662	136.464	158.043	160.327	107.136
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	(18,6)	(27,9)	13,9	0,7	(51,5)
Total do ativo - R\$ mil	385.801	361.468	445.974	449.569	516.303
Margem do LAJIDA - %	13,6	17,7	15,1	21,6	(8,8)
Margem operacional - %	6,6	11,3	6,4	13,5	(15,7)
Margem líquida - %	(18,7)	(20,8)	11,9	0,5	(22,1)
Número de empregados	1.057	1.015	991	982	963
Número de clientes	509.790	524.419	537.974	558.390	591.039
Número de clientes por empregado	482	517	543	569	614
DEC - Duração equivalente de interrupção por consumidor (horas - média/ano)	49	33	31	35	28
FEC - Frequência equivalente de interrupção por consumidor (n.º de vezes - média/ano)	31	28	23	25	22
IAC - Índice de Aceitação do Cliente - %	-	-	56,6	70,9	76,8
Energia vendida - GWh	1.688	1.846	1.919	1.934	1.750
Residencial - GWh	615	654	662	664	574
Industrial - GWh	417	438	464	456	427
Comercial - GWh	284	320	336	355	318
Rural - GWh	81	100	103	92	100
Outras - GWh	261	297	316	326	297
Suprimento - GWh	30	37	38	41	34
Energia comprada - GWh	2.198	2.419	2.495	2.534	2.321
Perdas de energia - %	23,2	23,7	23,1	23,7	24,6
Frustração da Arrecadação - %	11,8	8,9	9,0	9,6	10,6

* LAJIDA = Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização



A EMPRESA

A **Companhia Energética de Alagoas - CEAL** está localizada no Estado de Alagoas tem mais de quarenta anos de existência. A sua constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 2.137, de 08 de abril de 1959, sob a razão de Companhia de Eletricidade de Alagoas, tendo como finalidade, na época, realizar o aproveitamento, exploração e distribuição de energia elétrica no Estado de Alagoas.

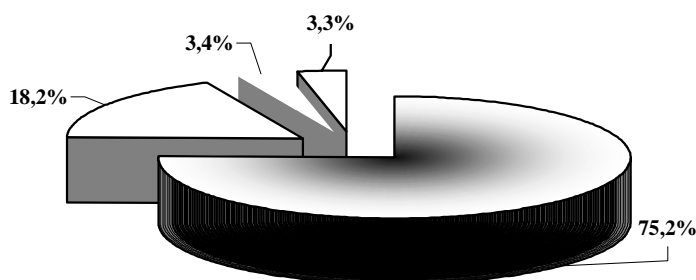
A Lei Estadual nº 4.450, de 05 de julho de 1983, alterou a razão social para **Companhia Energética de Alagoas – CEAL**, ampliando o campo de atuação, no sentido de pesquisar, estudar, projetar, explorar e comercializar quaisquer outras formas de energia, além da elétrica.

Em 12 de fevereiro de 2001, a **CEAL** assinou o contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, cujo objeto é a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica nas áreas de todos os Municípios alagoanos (102 municípios). A vigência do contrato de concessão irá até 7 de julho de 2015.

O controle acionário da **CEAL** é exercido pela União, desde julho de 1997, através da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e pelo BNDES Participações S/A – BNDESPAR, cuja estrutura do capital social atual reflete todas as mudanças ocorridas desde aquela época, como também as capitalizações de créditos efetuadas por esses dois acionistas.

POSIÇÃO ACIONÁRIA - DEZ/2001

Acionistas	Quantidades em mil ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
ELETROBRÁS	259.954	74,8	5.621	94,0	265.575	75,2
BNDESPAR	64.276	18,5	41	0,7	64.317	18,2
Prefeituras Municipais	11.821	3,4	65	1,1	11.886	3,4
Outros	11.298	3,3	251	4,2	11.549	3,2
TOTAL	347.349	100,0	5.978	100,0	353.327	100,0





MEIO AMBIENTE

A **CEAL**, dentro de sua política de estimular e participar do desenvolvimento do Estado de Alagoas, não poderia deixar de estar atenta a uma das principais e potenciais riquezas de nosso Estado, que é a natureza.

Em 2000, a **CEAL** se associou ao Instituto para Preservação da Mata Atlântica – IPMA, com a finalidade de traçar projetos que bem exprimissem sua responsabilidade social, não só enquanto promotora do desenvolvimento industrial e comercial, como empresa preocupada com o meio ambiente.

Neste exercício, a **CEAL**, em conjunto com o IPMA, patrocinou a elaboração de três mosaicos “Aves da Mata Atlântica”, que tem como finalidade à divulgação de espécies de pássaros característicos de nossa Mata Atlântica. Foi elaborado, também, o Manual de Arborização, o qual, além de sua aplicação técnica no projeto, construção e manutenção de redes aéreas de distribuição, funciona como um verdadeiro catálogo de espécies de árvores características de nossa região. Esse manual deverá ter sua publicação realizada ao longo do ano de 2002.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2001

MERCADO

No ano de 2001, foram incorporadas 32.649 novas unidades consumidoras, o que corresponde a 5,8% a mais que em 2000.

A CEAL passou a atender, na sua área de concessão, a 591.039 unidades consumidoras.

Número de Unidades Consumidoras					
Classe de Consumo	1997	1998	1999	2000	2001
Residencial	458.632	472.150	483.479	503.522	531.945
Industrial	1.906	1.914	1.968	1.957	2.269
Comercial	37.586	38.122	38.957	38.997	41.863
Rural	6.022	6.292	7.313	7.594	8.257
Poder Público	5.248	5.491	5.687	5.841	6.108
Iluminação Pública	101	101	200	102	124
Serviços Públicos	295	349	370	377	473
TOTAL	509.790	524.419	537.974	558.390	591.039

Consumo por Segmento de Mercado (MWh)										
Classe de Consumo	1997		1998		1999		2000		2001	
	MWh	%	MWh	%	MWh	%	MWh	%	MWh	%
Residencial	614.976	36,4	654.121	35,4	662.169	34,5	664.054	34,3	573.282	32,7
Industrial	417.002	24,7	438.081	23,7	464.100	24,2	456.904	23,6	427.270	24,4
Comercial	284.088	16,8	319.679	17,3	335.721	17,5	354.989	18,4	317.793	18,2
Rural	81.036	4,8	100.292	5,4	102.994	5,4	92.429	4,8	100.426	5,7
Poderes Públicos	61.592	3,6	78.474	4,3	85.162	4,4	85.556	4,4	77.005	4,4
Iluminação Pública	107.109	6,3	108.735	5,9	105.640	5,5	109.609	5,7	94.868	5,4
Serviços Públicos	88.735	5,3	105.535	5,7	122.335	6,4	126.034	6,5	122.537	7,0
Consumo Próprio	3.654	0,2	4.465	0,2	2.779	0,1	3.815	0,2	3.483	0,2
Suprimento	29.753	1,8	36.977	2,0	38.248	2,0	40.856	2,1	34.148	2,0
TOTAL	1.687.945	100,0	1.846.359	100,0	1.919.148	100,0	1.934.246	100,0	1.750.812	100,0

O consumo registrado de energia elétrica na área de concessão da CEAL, no ano de 2001, foi de 1.750.812 MWh, equivalente a um decréscimo de 183.434 MWh, 9,5% em relação ao ano de 2000. O decréscimo de mercado foi totalmente provocado pela resposta dos diversos segmentos da sociedade alagoana aos cumprimentos das metas de racionamento estabelecidas pelo Governo Federal. Isso pode ser comprovado, ainda que preliminarmente, pela comparação da retração de mercado a

Taxas de Crescimento Anuais do Consumo de Energia (%)					
Classe de Consumo	1997	1998	1999	2000	2001
Residencial	5,16	6,37	1,23	0,28	-13,67
Industrial	5,32	5,05	5,94	-1,55	-6,49
Comercial	7,88	12,53	5,02	5,74	-10,48
Rural	11,98	23,76	2,69	-10,26	8,65
Poderes Públicos	-4,56	27,41	8,52	0,46	-9,99
Iluminação Pública	6,47	1,52	-2,85	3,76	-13,45
Serviços Públicos	-7,35	18,93	15,92	3,02	-2,77
Consumo Próprio	-2,33	22,19	-37,76	37,28	-8,70
Suprimento	39,33	24,28	3,44	6,82	-16,42
TOTAL	5,33	9,39	3,94	0,79	-9,48



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2001

nível nacional e do nordeste, com a taxa de decréscimo da CEAL, que se situou acima de ambas.

Comparativo de Crescimento da CEAL do Consumo Firme (GWh)						
	1997	1998	1999	2000	2001*	Tx.Anual
Brasil	273.280	284.709	290.975	305.570	283.800	-7,12%
Nordeste	43.025	46.103	47.305	49.462	45.200	-8,62%
CEAL	1.658	1.809	1.881	1.893	1.717	-9,30%

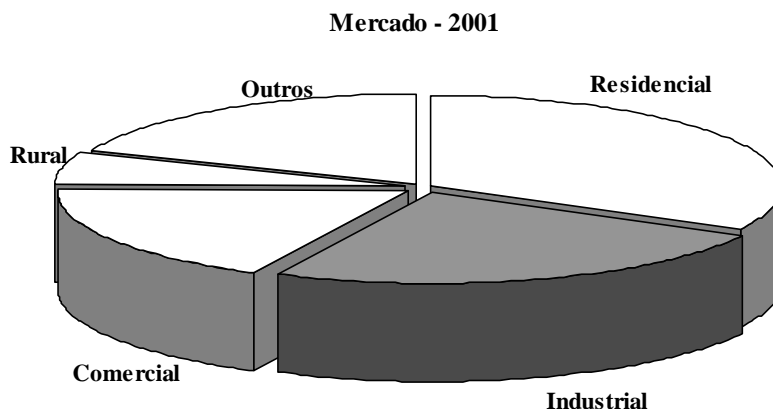
Fonte: Mercado CEAL

* DEM/ELETOBRÁS (valores provisórios)

Consumo Firme é o consumo de energia menos a Classe Suprimento.

Tx.Anual – Taxa de crescimento média anual

As participações no consumo dos segmentos de mercado foram similares às do ano de 2000. A Classe Residencial foi o segmento de maior participação, com 32,7%. A Classe Industrial e a Classe Comercial participaram com 24,4% e 18,2%, respectivamente. A participação do consumo do setor Rural representou um acréscimo, ficando em 5,7% do consumo total. O restante das Classes, representaram 18,8%, incluindo Poderes Públicos, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Suprimento. Uma pequena parcela (0,2%) destinou-se ao Consumo Próprio da CEAL.





COMERCIALIZAÇÃO

O ano de 2001 foi de grande relevância para o setor elétrico nacional e pode ser dividido em duas fases distintas e completamente diferentes. A primeira, de janeiro a maio, onde os desvios de mercado da **CEAL**, em relação aos montantes de Energia Contratada, foram valorados levando-se em consideração o preço do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, calculado segundo as Regras de Mercado homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A segunda fase, de junho a dezembro, onde, através da Medida Provisória 2.152, de 1º de Junho de 2001, o Governo Federal criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, a qual instituiu, regulamentou e gerenciou o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Coube também ao Comitê coordenar, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, a elaboração do “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que serviu para amenizar os efeitos do racionamento dos Geradores e Distribuidores.

O período de janeiro a abril foi contabilizado pelo MAE, sem ocorrer, contudo, o processo de liquidação. Para o mês de maio, o MAE apenas disponibilizou uma contabilização provisória. Nesse período os desvios de mercado foram contabilizados e calculados segundo as Regras de Mercado homologadas pela Resolução ANEEL 290, de 03 de agosto de 2000. Com esta forma de contabilização, inicia-se a primeira etapa de implantação do MAE, caracterizada por preços ex-ante de energia elétrica em base mensal, contabilização em três patamares de carga discretizada hora a hora.

As Compras

Para suprir os desvios no período de janeiro a maio, a **CEAL** e os demais agentes do mercado formalizaram contratos bilaterais e, quando isso não foi possível, ficaram expostos às liquidações pelo preço do MAE. Verifica-se que a média dos preços de 2001 foi 380,9% maior que a de 2000, penalizando a todos aqueles que ficaram expostos ao mercado SPOT.

Evolução das Compras de Energia Elétrica (MWh)										
Fontes	1997		1998		1999		2000		2001	
	MWh	%	MWh	%	MWh	%	MWh	%	MWh	%
Compra	2.198.016	100,0	2.419.051	100,0	2.537.776	100,0	2.616.824	100,0	2.635.914	100,0
CHESF	2.149.424	97,8	2.361.168	97,6	2.257.015	88,9	2.538.576	97,0	2.453.845	93,1
CELPE	20.174	0,9	24.926	1,0	25.130	1,0	25.385	1,0	30.894	1,2
ENERGIPE	28.418	1,3	32.957	1,4	36.009	1,4	37.024	1,4	36.940	1,4
Curto Prazo	0	-			219.622	8,7	16.197	0,6	114.235	4,3
Perdas CEAL	510.071	23,2	572.692	23,7	575.841	23,1	599.409	23,7	570.303	24,6
Perdas SIN					42.787	1,7	83.523	3,5	86.147	3,4

Fonte: Mercado CEAL

Curto Prazo = Transações líquidas no Mercado Atacadista de Energia e dos Contratos Bilaterais, acrescidas das perdas do Sistema Interligado Nacional.

A partir de 1999 a energia proveniente da CHESF refere-se ao montante contratado e não o registrado dos anos anteriores.

Perdas CEAL - Compras sem as Perdas do SIN menos as Vendas.

Perdas SIN - Compras com as Perdas do Sistema Integrado Nacional menos as Vendas



No período de junho a dezembro, prevaleceu o “Acordo Geral do Setor”, no qual os Agentes de Distribuição e Geração não reivindicarão uns aos outros, nem ao Poder Concedente, quaisquer valores relativos às sobras dos montantes dos Contratos Iniciais ou equivalentes, produzindo-se o seguinte efeito prático: Contratos Iniciais igual à Carga, observado o limite do montante inicial contratado.

Este “Acordo”, apesar do longo período de negociação que envolveu todos os Agentes do Setor e o Governo, ainda carece de regulamentação, o que vem ocasionando prejuízos às empresas estatais, que ainda não podem usufruir em sua totalidade das compensações previstas no Acordo.

No ano de 2001, foram desenvolvidas ações visando minimizar a exposição da **CEAL** ao MAE. Ressaltam-se:

Pelo Lado da Oferta

- Negociações para a compra de 20.000 MWh/ano de energia elétrica dos Autoprodutores do setor sucro-alcooleiro de Alagoas: Usinas Caeté, Uruba, Guaxuma, Roçadinho, Santa Clotilde, Triunfo, Santo Antônio, Sinimbu, Serra Grande e Destilaria São Gonçalo;
- Realização de Oferta Pública de Compra de Energia para 10 MW médios de energia, pelo período de cinco anos.

Pelo Lado da Demanda

- Desenvolvimento do Programa de Eficientização no setor sucro-alcooleiro, com a visita técnica dos consultores às instalações das Usinas de Açúcar incluídas nas negociações anteriormente citadas para levantamento de dados e estudo das alternativas de eficiência na geração térmica de bagaço de cana e no consumo da energia elétrica.

As Vendas

A **CEAL** faturou, no fornecimento de energia elétrica no ano, o total de 1.713.358 MWh, com uma receita bruta de venda de energia de R\$259,3 milhões.

A Classe Residencial, que representou 32,7% do mercado, teve uma participação de 43,8% no faturamento, mesma tendo sido a classe que mais contribuiu com o racionamento, seguindo as Resoluções da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

**FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Classes	2001		
	N.º DE CONS.	MWh	VALOR R\$ mil
Residencial	531.945	573.282	113.476
Industrial	2.269	427.270	44.945
Com. Serviços e Outras Atividades	41.863	317.793	57.347
Rural	8.257	100.426	10.739
Poderes Públicos	6.108	77.005	12.075
Iluminação Pública	124	94.868	9.572
Serviço Público	473	122.537	11.159
Totais	591.039	1.713.181	259.313

Classes	2000		
	N.º DE CONS.	MWh	VALOR R\$ mil
Residencial	503.522	664.054	121.518
Industrial	1.957	456.904	43.163
Com. Serviços e Outras Atividades	38.997	354.989	58.281
Rural	7.594	92.429	9.180
Poderes Públicos	5.841	85.556	11.728
Iluminação Pública	102	109.609	10.580
Serviço Público	377	126.034	10.244
Totais	558.390	1.889.575	264.694

O faturamento continua sendo afetado pelo alto índice de perdas de energia, principalmente as ocasionadas pelas fraudes e ligações clandestinas, sendo também influenciado pela dedicação da Companhia em atender às determinações da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e em fazer cumprir quotas de metas por ela estabelecidas.

Outro ponto de preocupação é, também, o elevado índice de inadimplência dos seus clientes, registrando um acréscimo de 10,6% em relação ao ano anterior, correspondente a R\$4,9 milhões. Esse valor equivale à necessidade de reposição de materiais

INADIMPLÊNCIA DE CONSUMIDORES		
Faturamentos Vencidos - R\$ Mil		
Classes	2001	2000
Residencial	13.661	14.125
Industrial	13.294	10.174
Comércio, Serviços, Outras Atividades	12.380	5.343
Poder Público	3.656	10.498
Rural	7.772	5.738
TOTAL	50.763	45.878



para a manutenção do sistema elétrico, em condições satisfatórias.

Para o ano de 2002, estão previstas ações com o objetivo de diminuir a inadimplência em R\$ 20 milhões. As ações compreendem cortes no fornecimento de energia de clientes inadimplentes, negociações de débitos com grandes consumidores, gestões junto ao Poder Judiciário quanto a liminares concedidas, uniformização de procedimentos comerciais, fiscalização de cortes realizados e fiscalização e regularização de consumidores desligados do sistema de gerenciamento de consumidores.

Relacionamento com o Cliente

A **CEAL** obteve, no ano de 2001, a aprovação de seus clientes. O IAC (Índice de Aprovação do Cliente), apurado pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADDEE, através do Instituto Vox Populi, atingiu 76,8%, superando em 5,9% o do ano anterior. Este índice, apurado em abril, vem se mantendo em forte ascensão nos últimos três anos, mostrando a preocupação da Companhia em atender à crescente demanda de qualidade e serviços.

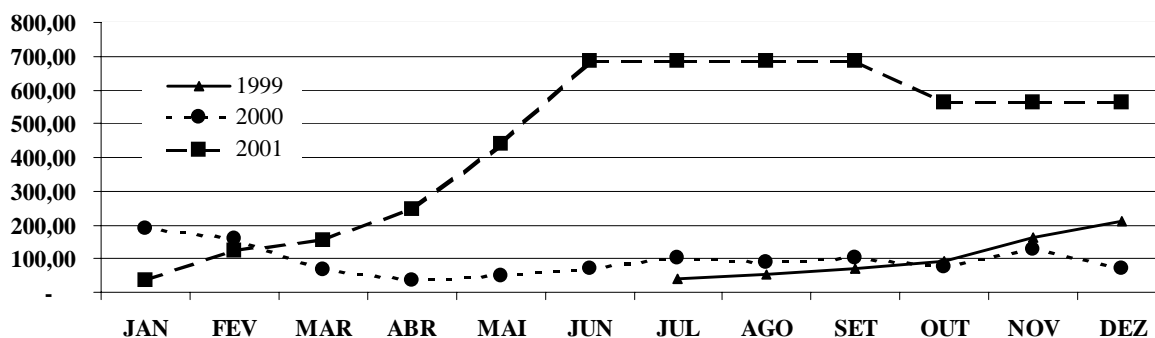


ESTRUTURA TARIFÁRIA

Preços

O principal preço em foco no mercado de energia elétrica é o preço MAE, calculado com base no custo do déficit e utilizado nas transações de compra e venda de energia no mercado livre. Durante o ano de 2001, esse preço sofreu as conseqüências do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, elevando-se ao valor máximo de R\$ 684,00. Até setembro de 2001, esse preço foi calculado mensalmente e, a partir de então, os preços são calculados semanalmente e com o mesmo valor para os três patamares de carga (Médio, Leve e Pesado). O preço de R\$ 562,15 foi calculado a partir da última semana de setembro/01, continuando com o mesmo valor até a última semana de dezembro de 2001.

Preço do MAE - Nordeste - R\$ 1,00			
	1999	2000	2001
JAN		187,58	33,87
FEV		158,55	121,47
MAR		63,93	154,21
ABR		33,30	247,35
MAI		47,84	440,99
JUN		69,51	684,00
JUL	38,02	99,53	684,00
AGO	52,05	89,72	684,00
SET	71,47	101,49	684,00
OUT	90,75	76,07	562,15
NOV	161,10	127,30	562,15
DEZ	211,22	72,16	562,15
MÉDIA	104,10	93,92	451,70



Tarifas

Durante o ano de 2001, a CEAL teve dois reajustes tarifários, o primeiro no percentual de 2,01%, com validade a partir de 07 de fevereiro de 2001, referente ao Anexo II da Resolução ANEEL 328, de 25 de agosto de 2000; e o segundo, no percentual de 12,61%, com validade a partir de 28 de agosto de 2001, referente à Resolução ANEEL 365, de 27 de agosto de 2001. Estes reajustes totalizaram um aumento tarifário líquido de 14,87%, ocasionando um aumento de 9,16% na Tarifa Média, em relação a 2000.

Para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em função das perdas financeiras com o racionamento, o Governo Federal autorizou um re-



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2001

ajuste tarifário, no percentual de 2,9%, para as classes Residencial (exceto baixa-renda) e Rural, e 7,9% para as demais classes, homologado pela ANEEL através da Resolução 609, de 21 de dezembro de 2001, e com validade a partir de 27 de dezembro de 2001, que só trará resultados financeiros a partir de janeiro de 2002. Esse reajuste foi fruto do “Acordo Geral do Setor Elétrico” e vigorará pelo período necessário à recomposição das perdas com o racionamento.

Margem de Comercialização ex-ICMS (R\$/MWh)					
	1997	1998	1999	2000	2001
Tarifa média de venda (TV)	97,4	98,52	100,93	109,17	119,17
Tarifa média de compra (TC)	31,52	32,85	34,01	36,95	41,83
Margem de Comercialização (TV-TC)	65,88	65,67	66,92	72,22	77,34
Margem de Contribuição (TV/TC)	3,09	3,00	2,97	2,95	2,85



ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Analisando o cenário macroeconômico do ano de 2001, pode-se destacar que dois fatores causaram desaceleração da economia brasileira, comprometendo as previsões governamentais de crescimento do Produto Interno Bruto-PIB e a meta inflacionária: a crise energética e a desvalorização do real frente ao dólar.

Para o Estado de Alagoas, a crise de oferta de energia comprometeu a ampliação de suas atividades produtivas, cuja estrutura, na formação do PIB estadual, se compõe de atividades terciárias - 51%, secundárias - 32%, e primárias - 17%.

Outra característica do Estado é que cerca de 98% das empresas são do porte de micro e pequenas, cujas categorias são vulneráveis a crises.

Se para a economia como um todo, a crise energética foi um dos pontos que provocou o desaquecimento da economia brasileira, para o setor foi uma reversão na perspectiva de crescimento vislumbrado nos últimos anos. Deparou-se com um contrasenso empresarial: estimular o não crescimento do mercado, ou melhor, redução de vendas.

Para a **CEAL**, o efeito do racionamento provocou imediata redução de energia vendida, devido à população ter absorvido as metas determinadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, enquanto os custos fixos não puderam ser alterados, já que a crise não seria permanente.

Resultado do Exercício

A **CEAL** registrou no exercício um prejuízo líquido de R\$ 55.193 mil, provocado principalmente pela redução de 9,7% do volume comercializado de MWh de energia, manutenção dos custos operacionais fixos e pela mudança de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.





A Empresa reconheceu no seu resultado a recomposição tarifária extraordinária, valorizada com base na MP nº 014, de 21 de dezembro de 2001, destinada a neutralizar as perdas com o racionamento de energia elétrica do período de junho a dezembro.

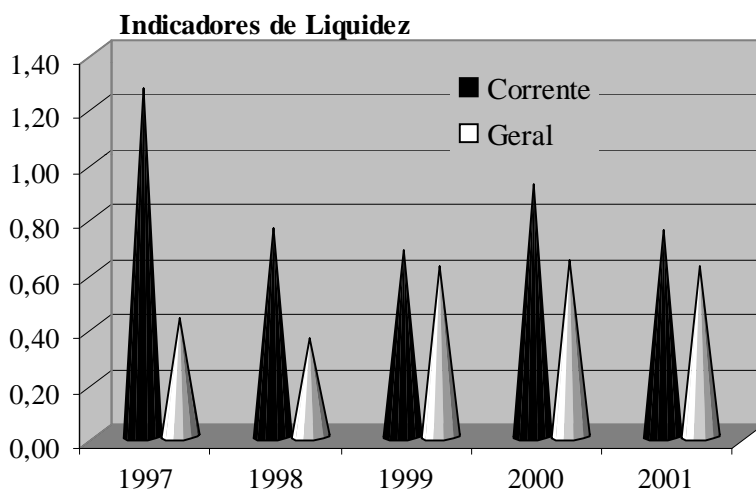
Também foi registrado como receita, o montante de R\$21.829 mil, referente ao ressarcimento às geradoras pelas perdas com o racionamento, a ser cobrado pela **CEAL** de seus consumidores e repassados a CHESF. Esse mesmo valor está registrado na energia comprada para revenda.

Antes do período do racionamento, a **CEAL** encontrava-se exposta ao mercado de energia, levando a comprar energia adicional aos montantes contratos com a CHESF (contratos iniciais), pelo preço praticado no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, já influenciado pela escassez do produto.

Retirando o custo adicional pela exposição no mercado (R\$18.316 mil), a mudança do critério no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$25.244 mil), o prejuízo seria reduzido em R\$11.622 mil (78,9%).

Índice de Liquidez

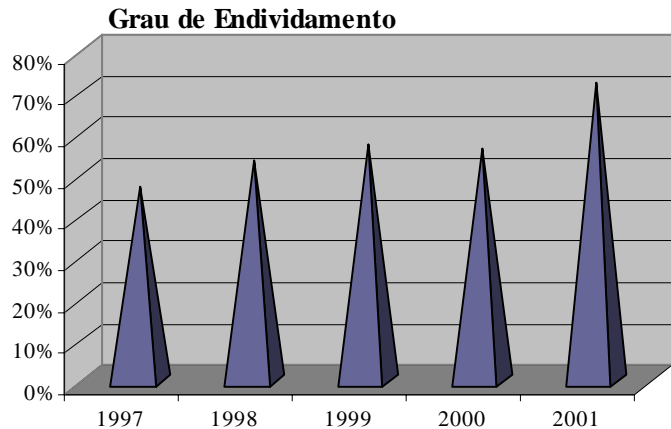
Neste exercício, os índices de liquidez foram reduzidos em relação aos apurados em 2000, em função da dificuldade financeira, motivada pelo racionamento de energia elétrica, provocando a não liquidação de obrigações com fornecedores e ELETROBRÁS.



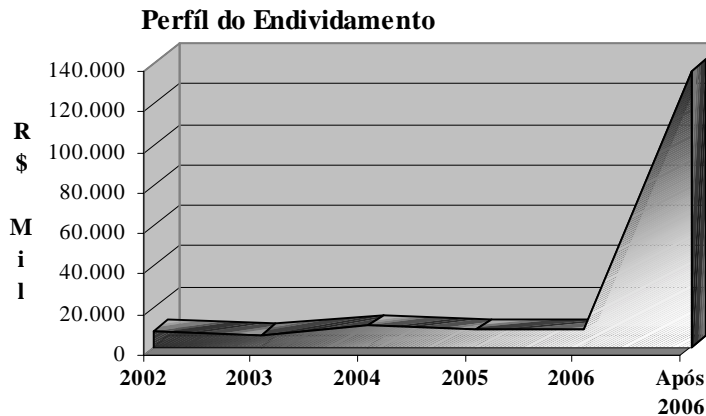


Grau de endividamento

Neste exercício, a participação do capital de terceiros em relação ao capital próprio foi elevada, devido, principalmente, ao financiamento obtido para a aquisição da energia adicional aos montantes dos contratos iniciais, necessária para suprir o mercado crescente nos primeiros meses do ano.



Por outro lado, 61% da participação do capital de terceiros encontra-se com o acionista majoritário – ELETROBRÁS, dos quais 80% referem-se a empréstimos e financiamentos.



A CEAL renegotiou a sua dívida de empréstimos e financiamentos com a ELETROBRÁS, adequando o seu fluxo financeiro. As condições dessa repactuação foram: carência de 3 anos; juros capitalizados no período de carência; amortização em 8 anos; e encargos de 12% a.a., aproximadamente.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2001

Valor Adicionado

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONAL DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000

(Em Milhares de Reais)

	2001		2000	
1 - RECEITAS				
Receita de Venda de Energia e Serviço	318.071		276.539	
Provisões - Reversão/(Constituição)	(34.127)		5.052	
Receitas não Operacionais	148		639	
	284.092		282.230	
<i>Menos</i>				
INSUMOS				
Custo de Energia Comprada	156.476		101.438	
Serviços de Terceiros	17.842		19.169	
Materiais	3.521		3.329	
Outros Custos	2.449		315	
	180.288		124.251	
2 - VALOR ADICIONAL BRUTO	103.804		157.979	
<i>Retenções</i>				
Quotas de Reintegrações	(17.329)		(16.902)	
IR e CS Diferidos	26.450		(7.786)	
	9.121		(24.688)	
3 - VALOR ADICIONAL LÍQUIDO GERADO	112.925		133.291	
<i>Transferências</i>				
Receitas Financeiras	8.452		15.077	
	8.452		15.077	
4 - VALOR ADICIONAL A DISTRIBUIR	121.377		148.368	
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONAL				
Pessoal e encargos	44.025	36,3%	40.262	27,1%
Governo (Impostos, Taxas e Contribuições)	79.941	65,9%	70.788	47,7%
Transferências Intra-Setoriais	(2.589)	-2,1%	37.318	25,2%
Juros	47.775	39,4%	32.955	22,2%
Aluguéis	2.976	2,5%	1.888	1,3%
Distribuição do Lucro	(53.340)	-43,9%	2.475	1,7%
Juros s/Capital Próprio / Dividendos	1.853	1,5%	1.368	0,9%
Absorção de Prejuízo	(55.193)	-45,5%	1.107	0,7%
	121.377	100,0%	148.368	100,0%



ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Gestão de Pessoas

Foi executado um programa de treinamento que resultou em 17.938 homens-hora treinados, significando uma média de 19 horas-aula/empregado/ano. Na programação de treinamento destacam-se o programa de formação de operadores de sistema de transmissão e o início dos trabalhos para implantação do Programa de Elevação de Escolaridade dos empregados, com a conclusão de mais 4 membros do corpo gerencial, do curso de Pós-Graduação em Gestão Empresarial da Fundação Getúlio Vargas.

A **CEAL** vem cumprindo as normas regulamentadoras advindas do Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere ao quadro de componentes do SESMT - Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho, aos equipamentos de proteção, à formação das CIPAS, aos exames médicos periódicos e às campanhas educativas.

Outras Ações Administrativas

A **CEAL** celebrou convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Defesa Social, visando à conjugação de esforços com vistas ao combate de ações relacionadas com a utilização clandestina de energia, ou que comprometam as finanças da empresa. Para tanto, foi instalado, na Delegacia de Roubos e Furtos da Capital, um núcleo de apoio policial especializado, destinado à apuração das infrações praticadas por consumidores de energia elétrica.

Neste sentido, o acompanhamento técnico fez com que a Administração criasse na Diretoria Comercial, uma Assessoria especializada para o combate à fraude de energia elétrica.

FACEAL

O exercício de 2001, dando continuidade à melhoria no equilíbrio financeiro e atuarial da Fundação **CEAL** de Assistência Social e Previdência – FACEAL, atingiu um superávit da ordem de R\$ 17,1 milhões e um total de reservas técnicas no montante de R\$ 90,8 milhões, o que representa uma evolução de 76,3% e 17,2%, respectivamente, em relação ao exercício de 2000.

A **CEAL** como empresa federal, patrocinadora da FACEAL, encontra-se enquadrada quanto à paridade contributiva, nos termos da Emenda Constitucional nº 20, e a Fundação vem atendendo a todas as instruções normativas emitidas pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2001

Balanco Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000
(Em Milhares de Reais)

	2001			2000		
1. Base de Cálculo						
1.1 - Receita Líquida (RL)						
			249.873			209.203
1.2 - Lucro (Prejuízo) Operacional (LO)			(39.335)			28.197
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)			29.810			21.033
2. Indicadores Laboriais						
	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
	R\$ mil	L.Operacional	R.Líquida	R\$ mil	L.Operacional	R.Líquida
2.1 - Alimentação	1.435	-3,65	0,57	1.045	3,71	0,50
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	10.283	-26,14	4,12	9.145	32,43	4,37
2.3 - Previdência Privada	2.742	-6,97	1,10	2.562	9,09	1,22
2.4 - Saúde	1.934	-4,92	0,77	1.697	6,02	0,81
2.5 - Segurança, higiene e med. do trabalho	331	-0,84	0,13	313	1,11	0,15
2.6 - Capacitação de desenv. profissional	148	-0,38	0,06	203	0,72	0,10
2.7 - Auxílio Creche	227	-0,58	0,09	111	0,39	0,05
2.8 - Participação nos Lucros ou Resultados	-	0,00	0,00	1.204	4,27	0,58
2.9 - Vale Transporte	166	-0,42	0,07	255	0,90	0,12
Total - Indicadores Laboriais	17.266	-43,89	6,91	16.535	58,64	7,90
3. Indicadores Sociais Externos						
	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
	R\$ mil	L.Operacional	R.Líquida	R\$ mil	L.Operacional	R.Líquida
3.1 - Contribuições e subvenções	19	-0,05	0,01	85	0,30	0,04
Total - Indicadores Sociais Externos	19	0,68	0,01	85	0,30	0,04
4. Indicadores do Corpo Funcional						
4.1 - N° de empregados ao final do exercício			963			982
4.2 - Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária			238			214
2º grau			634			637
1º grau			91			131
4.3 - Faixa etária dos empregados						
Abaixo dos 30 anos			0			0
De 30 até 45 anos (exclusive)			570			667
Acima de 45 anos			393			315
4.4 - Mulheres que trabalham na empresa			115			116
% de Cargos Gerenciais ocupados por mulheres			20%			13%
4.5 - N.º de Empregados Portadores de Deficiência			5			5

A Empresa firmou convênio com a Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas - ADEFAL, visando promover o aperfeiçoamento da capacidade laborativa de seus associados por meio de ações que contribuam para a formação profissional e integração no mercado de trabalho. Desta forma, assegurando a 33 portadores de deficiência física a oportunidade de desempenhar atividades auxiliares compatíveis com sua condição física e psicológica. Para tanto, realizou mudanças na estrutura física de seu edifício sede, construindo rampas e instalando elevador.

A CEAL, entendendo a importância do trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança, mantém convênio com aquela instituição, para divulgação e arrecadação de doações voluntárias feitas pelos clientes da Empresa.



INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA

O sistema elétrico da Empresa é formado por linhas de subtransmissão em 69 kV, subestações em 69/13,8 kV e redes de distribuição em 13,8 kV. As linhas de transmissão em 230 e 500 kV que existem no Estado de Alagoas pertencem a CHESF.

O sistema elétrico de subtransmissão da **CEAL** é composto por 1.485,8 quilômetros de linhas na tensão de 69 kV e 32 subestações com 582,5 MVA instalados. As redes de distribuição urbanas têm uma extensão de 16.737 quilômetros, com 7.459 transformadores que totalizam 394 MVA de potência instalada. O sistema rural é composto por 5.829,5 quilômetros de linhas de distribuição rurais, com 201,3 MVA de potência instalada em transformadores, atendendo a 8.257 consumidores rurais.

No ano de 2001, foram construídas e incorporadas ao nosso sistema elétrico duas novas subestações 69/13,8 kV, sendo uma em Joaquim Gomes, com 5/6,25 MVA, e outra em Maceió, no Bairro Benedito Bentes, 2ª etapa, com 15/20 MVA.

Para melhoria das condições de fornecimento de energia, foi ampliado o barramento seccionador 69 kV, da subestação de Cruz das Almas, iniciada a construção da melhoria da seccionadora Tabuleiro do Martins, visando transformação em pátio de 69 kV da subestação 230/69 kV Maceió da CHESF.

No sistema de distribuição, foram construídos 80,7 quilômetros de linhas de distribuição em 13,8 kV e 104,4 quilômetros de redes de distribuição de baixa tensão em 380/220 kV, sendo implantados 3.695 postes e instalados 309 transformadores de distribuição, totalizando 19,42 MVA.

Foi dada continuidade ao Programa de Automação e Digitalização de Subestações e concluída a implantação do Centro de Controle e Supervisão da **CEAL** e a automação das subestações do Trapiche da Barra e Cruz das Almas. Até maio de 2002 será concluída a automação das subestações do Pinheiro, Polo e Tabuleiro e a digitalização da subestação de Benedito Bentes.

Iniciou-se o Programa Luz no Campo, financiado pela ELETROBRÁS, com aplicação prevista para os próximos dois anos de R\$ 36 milhões, que proporcionarão os benefícios da energia elétrica a 14.000 domicílios rurais, dos 60.000 existentes no Estado. A disponibilidade da energia na área rural aumenta a produtividade, pois possibilita o uso de máquinas e motores na agricultura e na pecuária, além de aumentar o conforto das famílias.

Até o final de 2002, será concluídos o levantamento e cadastramento dos domicílios rurais.

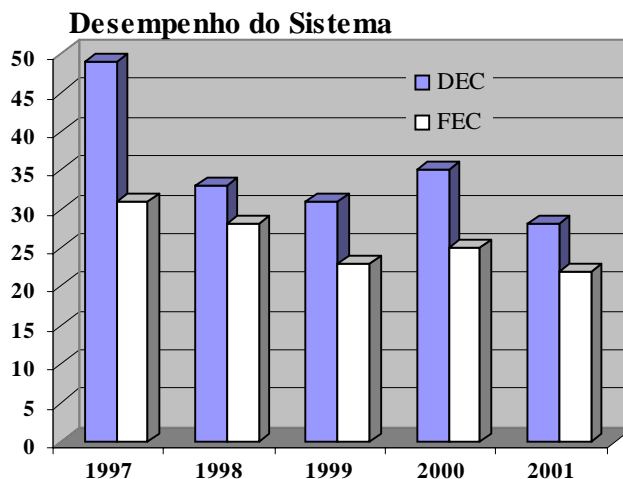


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2001

A Iluminação Pública é mantida pelas Prefeituras Municipais, com destaque para a cidade de Maceió, onde a Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública de Maceió - SIMA realiza um excelente trabalho.

Neste exercício, os índices de desempenho do sistema elétrico voltaram aos patamares aceitáveis, após a interrupção, no ano de 2000, da tendência de melhoria que vinha se verificando desde 1997.

Os baixos níveis de investimento realizados na expansão e melhoria do sistema elétrico, nos últimos anos, em média R\$ 15 milhões, contingenciados pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela Empresa, sem possibilidades de gerar recursos próprios suficientes, para garantir participação nos empreendimentos, tem afetado os controles dos índices operacionais.





PRÓXIMOS ANOS

Setor Elétrico

As grandes expectativas para o ano de 2002 são as reformas definidas pela GCE, através da Resolução 18, de 22 de junho de 2001, que criou o Comitê de Revitalização do Modelo de Setor Elétrico com a missão de encaminhar propostas para corrigir as disfunções e propor o aperfeiçoamento do setor elétrico nacional.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos por esse Comitê, foram apresentadas trinta e três medidas, as quais foram agrupadas em oito temas gerais, quais sejam: 1 – Normalizar o funcionamento do setor, 2 – Aperfeiçoamento do Mercado, 3 – Assegurar a Expansão da Oferta, 4 – Monitorar confiabilidade de Suprimento, 5 – Aperfeiçoar a interface entre o Mercado e Setores Regulados, 6 – Defesa da Concorrência, 7 – Realidade Tarifária e Defesa do Consumidor e 8 – Aperfeiçoamento Institucional.

Todos os temas tratados e definidos são importantes para o futuro do Setor Elétrico e decisivos para as empresas.

Investimentos

No ano de 2002, está prevista a construção de duas novas subestações nos municípios de São Sebastião e Maragogi, melhorando as condições do fornecimento de energia e atendendo à expansão do mercado naquelas áreas.

A CEAL realizará gestões junto à ELETROBRÁS visando captar recursos para viabilizar a implantação do Programa ReLuz. O projeto, de R\$15 milhões, com financiamentos de 75%, possibilitará a melhoria da eficiência e a ampliação dos sistemas de iluminação pública, com a substituição e reforma em 94.200 pontos. Prevê-se, ainda, a expansão e recuperação de sistemas especiais e ornamentais de iluminação.

Em 2002, existe uma expectativa muito boa no tocante aos investimentos no sistema elétrico visando o controle dos índices operacionais, principalmente com a implementação da automação das subestações. Foi aprovado um orçamento de R\$ 41 milhões no Programa de Dispêndios Globais – PDG, pelo Governo Federal.

Qualidade do Serviço

Entendendo que a padronização de processos é sinônimo de qualidade e buscando a melhoria contínua e a satisfação plena do cliente, a CEAL iniciou, neste exercício, um trabalho visando elevar o padrão de atendimento a níveis internacionais. Em 2002, o seu Call Center deverá obter a certificação ISO-9001.

Equilíbrio Econômico-Financeiro

Ações estão sendo desenvolvidas para que a CEAL, permanentemente, seja vigilante à redução das perdas técnicas e comerciais, visando um incremento no seu fatura-



mento. Por outro lado, com a estruturação organizacional na Diretoria Comercial, o resgate da inadimplência é uma meta prioritária da administração, trazendo-a a níveis gerenciáveis.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SAULO JOSÉ NASCIMENTO CISNEIROS
Presidente

LIANE MARIA MARTINS DE SOUZA

NENOÍ PINTO ARAÚJO

WELLINGTON PEREIRA DE OLIVEIRA

ROMERO CÉSAR GUERRA DOMINONI

NEIWTON SILVA

DIRETORIA EXECUTIVA

NENOÍ PINTO ARAÚJO
Diretor Presidente

HENRIQUE MELLO DE MORAES
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com o Mercado

RODRIGO SOARES GAIA
Diretor Administrativo

JOSÉ GERALDO BARBOSA SANTIAGO
Diretor Técnico

JAMES BOLIVAR LUNA DE AZEVEDO
Diretor Comercial